

Pesquisa indica dificuldades para governo

Levantamento mostra que parlamentares querem mudar Carta, mas resistem a idéia de FH

MARA BERGAMASCHI

BRASÍLIA — Mesmo com o apoio de 60% dos 594 deputados e senadores, segundo pesquisa feita pelo Instituto Soma de Opinião e Mercado no Congresso Nacional, o presidente Fernando Henrique Cardoso terá de cultivar sua base de sustentação no novo Congresso, caso queira ver aprovadas as propostas de emendas constitucionais previstas em seu programa de governo.

Como uma emenda constitucional precisa receber o voto favorável de 308 deputados e 49 senadores — exatamente três quintos ou 60% de cada Casa —, os números da pesquisa mostram que, se houver qualquer movimento na preferência dos aliados, o governo não conseguirá aprovar as reformas.

A entrevista feita pelo Instituto Soma com 55% dos parlamentares no dia da posse dos novos congressistas, em 1º de fevereiro, indica, entretanto, que o Palácio do Planalto tem condições de ampliar sua base, já que outros 19% dos deputados e senadores se declararam "neutros" e 21% se colocam como oposição.

Outro dado que pode ser considerado animador para o governo é que 71% dos congressistas defendem uma Constituição pequena. Apesar de a esmagadora maioria se mostrar, em tese, favorável à desconstitucionalização da Carta de 1988 — proposta que defendida pelo ministro da Justiça, Nelson Jobim —, esse alto índice de apoio não se repete para questões específicas, consideradas fundamentais pelo governo. Exemplo: somente exatos 60% dos parlamentares se mostram dispostos a modificar as atuais regras da Previdência para que se inclua também o limite de idade como referência para aposentadoria. Com este quadro, o governo se veria na dramática situação de não poder perder sequer um voto.

Ainda em relação à reforma da Previdência, 54% dos parlamentares se mostraram contrários à proposta de desvinculação do salário-mínimo para a aposentadoria. O fim da estabilidade dos servidores públicos também não passaria, de acordo com a pesquisa: apesar de a maioria — 51% — se mostrar a favor da mudança, o percentual é inferior ao quórum necessário para aprovação da emenda.

Para conseguir quebrar os monopólios do petróleo e das telecomunicações, o governo também terá de conquistar mais aliados no Congresso, uma vez que 51% são contra o



monopólio do petróleo e 53% contra o das telecomunicações. Já a privatização da produção e distribuição de energia elétrica se mostra possível: mais de 60% dos parlamentares são contrários à manutenção deste tipo de monopólio.

Em outras áreas, o governo teria mais chances de ser bem sucedido. Apesar de não terem sido questionados na pesquisa especificamente sobre a reforma tributária, 91% dos entrevistados querem a redução do número de impostos. Além disso, 65% dos parlamentares responderam que a reforma tributária é o tema mais urgente para a reforma.

Nos temas políticos, há mais consenso entre os parlamentares: 68% apóiam a possibilidade de reeleição do presidente da República, vetada pela atual Constituição. O controle externo do Judiciário, hoje inexistente, também

seria aprovado facilmente: 74% são favoráveis a criar mecanismos de vigilância sobre os magistrados. Resultado que certamente se deve à cassação do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), já anistiado, pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Como a maioria da população, o novo Congresso rejeita o veto de Fernando Henrique ao projeto de lei que elevou o salário-mínimo para R\$ 100,00. De acordo com a pesquisa, 72% dos congressistas — que têm poder para derrubar o veto presidencial — não concordam com a medida.



Antônio Carlos: "O governo teria mais condições de resolver alguns problemas da população"



**FIM DOS
MONOPÓLIOS
DIVIDE
PLENÁRIO**